



MPV 807
00016

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 807, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



CD/17671.74266-72

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Acresça-se onde couber:

“Art. . Ficam remetidos todos os débitos de tributos, abrangidas as contribuições de qualquer natureza, inclusive os administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de entidades religiosas sem fins lucrativos, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, também aqueles objeto de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício e ou efetuados antes e após a publicação desta Lei.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará em cento e vinte dias o disposto no caput.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto no § 1º, ficam suspensos os processos administrativos e judiciais, até a regulamentação.”

JUSTIFICAÇÃO

As entidades religiosas exercem função primordial para o desenvolvimento de várias ações sociais em nosso país, de recuperação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dependentes químicos, exercendo diretamente tais atividades junto a população, com permeabilidade em todo o território nacional.

No entanto, mesmo ante todo o trabalho efetivo social prestado pelas entidades religiosas muitas vezes existe o conflito pela autoridade fiscalizadora quanto a aplicação de incidência tributária, e de contribuições, o que tem gerado, nos últimos tempos, a existência de autuações oriundas de interpretações equivocadas da legislação, bem como sem levar em consideração posteriores modificações do ordenamento, tais autuações acabam por praticamente inviabilizar a continuidade dos relevantes serviços prestados por tais entidades, o que é de se evitar, além de delimitar com clareza a regra legal.

Ante o exposto, necessário e justificável é a concessão de isenção, pelo período de 5 (cinco) anos da incidência de tributos, objetivando a reestruturação e reorganização de tais entidades, afim de que haja continuidade da prestação do serviço social já realizado.

Sala da Comissão, em _____ de 2017.

GILBERTO NASCIMENTO
Deputado Federal



CD/17671.74266-72